

# Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias**

**31 de dezembro de 2017**

Com relatório dos Auditores  
Independentes

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas e Diretores da  
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



### **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

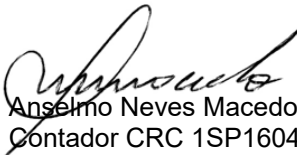


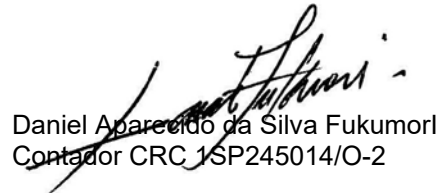
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

  
Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

# Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

## Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Ativo</b>			
<b><u>Ativo Circulante</u></b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.1	26.445	20.755
Concessionárias e Permissionárias	4	4.862	4.970
Serviços em Curso		992	739
Tributos Compensáveis		228	497
Despesas Pagas Antecipadamente		3	-
Outros Ativos Circulantes		440	448
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>			
Concessionárias e Permissionárias	4	466	410
Depósitos Judiciais e Cauções		2	2
Outros Ativos Não Circulantes		111	111
Imobilizado	5.1	91.100	94.979
Intangível	5.2	489	572
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>125.138</u></b>	<b><u>123.483</u></b>
<b>Passivo</b>			
<b><u>Passivo Circulante</u></b>			
Fornecedores		521	1.614
Obrigações Sociais e Trabalhistas		308	430
Tributos		952	1.110
Encargos Setoriais		2.304	2.050
Outros Passivos Circulantes		2.708	2.449
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>			
Outros Passivos Não Circulantes		398	1.545
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>7.191</u></b>	<b><u>9.198</u></b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	7.1	126.941	126.941
Reservas de Lucros	7.2	(8.994)	(12.656)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>117.947</u></b>	<b><u>114.285</u></b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>125.138</u></b>	<b><u>123.483</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Empresa regional de Transmissão de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	<b>8</b>	50.176	47.325
(-) Parcela Variável	<b>8</b>	(57)	(8)
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(326)	(308)
Cofins		(1.504)	(1.420)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(465)	(440)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.303)	(1.230)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(200)	(189)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>46.321</b>	<b>43.730</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>46.321</b>	<b>43.730</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	<b>9</b>	(1.961)	(2.857)
Material		(182)	(177)
Serviços de Terceiros		(1.456)	(1.628)
Arrendamento e Aluguéis		(87)	(87)
Seguros		(25)	(23)
Doações, Contribuições e Subvenções		(38)	(47)
Tributos		(46)	(61)
Depreciação e Amortização		(4.127)	(4.085)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>38.399</b>	<b>34.765</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(146)	(667)
Receitas Financeiras		2.700	2.386
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>40.953</b>	<b>36.484</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	<b>10</b>	(2.438)	(2.245)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		38.515	34.239
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>38.515</b>	<b>34.239</b>
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		38.515	34.239
<b>Lucro Por Ação</b>			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564	0,813916
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564	0,813916
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564	0,813916
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564	0,813916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



# Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>38.515</b>	<b>34.239</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<u><b>38.515</b></u>	<u><b>34.239</b></u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	38.515	34.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

---

# Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>126.941</b>	<b>(11.988)</b>	-	<b>114.953</b>
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(16.318)	-	<b>(16.318)</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	34.239	<b>34.239</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.882	(1.882)	-
Dividendos	-	(3.153)	(15.436)	<b>(18.589)</b>
Dividendos Adicionais Propostos	-	16.921	(16.921)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>126.941</b>	<b>(12.656)</b>	-	<b>114.285</b>
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(16.921)	-	<b>(16.921)</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	38.515	<b>38.515</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.805	(1.805)	-
Dividendos	-	947	(18.632)	<b>(17.685)</b>
Dividendos Adicionais Propostos	-	17.831	(18.078)	<b>(247)</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>126.941</b>	<b>(8.994)</b>	-	<b>117.947</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>38.515</b>	<b>34.239</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Amortização		42	45
Depreciação		4.085	4.041
Imposto de Renda e Contribuição Social		2.438	2.245
Juros e Variações Monetárias		128	521
Outros		-	(1)
		<b>45.208</b>	<b>41.090</b>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>			
Concessionários		53	(486)
Imposto de Renda e Contribuição Social		39	81
Tributos Compensáveis		230	39
Outros		(248)	631
		<b>74</b>	<b>265</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>			
Encargos Setoriais		213	133
Fornecedores Setoriais		(1.093)	4
Salários e Encargos Sociais		(122)	16
Tributos e Contribuição Social		(816)	(740)
Outros		(977)	(959)
		<b>(2.795)</b>	<b>(1.546)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(1.780)	(1.445)
		<b>40.707</b>	<b>38.364</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Imobilizado	<b>5.1</b>	(153)	(1.509)
Intangível	<b>5.2</b>	(11)	(13)
		<b>(164)</b>	<b>(1.522)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos Pagos		(34.853)	(34.907)
		<b>(34.853)</b>	<b>(34.907)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		5.690	1.935
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício		20.755	18.820
No fim do exercício		<b>26.445</b>	<b>20.755</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### **1 Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ERTE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as

práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 12, para melhor entendimento do leitor.

### **3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

## **Tributação**

### ***Impostos sobre a receita***

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

### ***Imposto de renda e contribuição social:***

- **Correntes**  
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro presumido.
- **Diferidos**  
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

***Ajuste a valor presente***

Os ativos e passivos monetários do circulante e não circulante, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## 4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

### Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.862	24	85	55	302	5.328	5.380
<b>TOTAL</b>	<b>4.862</b>	<b>24</b>	<b>85</b>	<b>55</b>	<b>302</b>	<b>5.328</b>	<b>5.380</b>

## 5 Imobilizado

### 5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Transmissão</b>	<b>122.457</b>	-	-	<b>122.457</b>	-	<b>(38.403)</b>	<b>84.054</b>	<b>88.083</b>
Terrenos	284	-	-	284	-	-	284	284
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.055	-	-	2.055	-	(354)	1.701	1.771
Máquinas e Equipamentos	119.307	-	-	119.307	-	(37.461)	81.846	85.690
Veículos	807	-	-	807	-	(584)	223	338
Móveis e Utensílios	4	-	-	4	-	(4)	-	-
<b>Administração</b>	<b>41</b>	-	-	<b>41</b>	-	<b>(39)</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
Máquinas e Equipamentos	37	-	-	37	-	(37)	-	2
Móveis e Utensílios	4	-	-	4	-	(2)	2	4
<b>Subtotal</b>	<b>122.498</b>	-	-	<b>122.498</b>	-	<b>(38.442)</b>	<b>84.056</b>	<b>88.089</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2016</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2017</b>	<b>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acum.</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2017</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2016</b>
<b>Transmissão</b>	<b>6.851</b>	<b>153</b>	-	<b>7.004</b>	<b>153</b>	-	<b>7.004</b>	<b>6.850</b>
Máquinas e Equipamentos	729	35	(656)	108	(621)	-	108	729
Outros	6.122	118	656	6.896	774	-	6.896	6.121
<b>Administração</b>	<b>40</b>	-	-	<b>40</b>	-	-	<b>40</b>	<b>40</b>
Outros	40	-	-	40	-	-	40	40
<b>Subtotal</b>	<b>6.891</b>	<b>153</b>	-	<b>7.044</b>	<b>153</b>	-	<b>7.044</b>	<b>6.890</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>129.389</b>	<b>153</b>	-	<b>129.542</b>	<b>153</b>	<b>(38.442)</b>	<b>91.100</b>	<b>94.979</b>



**5.2 A composição do intangível é como segue:**

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>1.838</b>	<b>-</b>	<b>257</b>	<b>2.095</b>	<b>257</b>	<b>(1.825)</b>	<b>270</b>	<b>66</b>
Servidões	65	-	-	65	-	-	65	65
Softwares	1.544	-	257	1.801	257	(1.596)	205	1
Outros	229	-	-	229	-	(229)	-	-
<b>Administração</b>	<b>215</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>220</b>	<b>5</b>	<b>(148)</b>	<b>72</b>	<b>108</b>
Softwares	127	-	5	132	5	(79)	53	73
Outros	88	-	-	88	-	(69)	19	35
<b>Subtotal</b>	<b>2.053</b>	<b>-</b>	<b>262</b>	<b>2.315</b>	<b>262</b>	<b>(1.973)</b>	<b>342</b>	<b>174</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>393</b>	<b>9</b>	<b>(257)</b>	<b>145</b>	<b>(248)</b>	<b>-</b>	<b>145</b>	<b>393</b>
Servidões	83	-	-	83	-	-	83	83
Softwares	-	9	-	9	9	-	9	-
Outros	310	-	(257)	53	(257)	-	53	310
<b>Administração</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>(5)</b>	<b>2</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>5</b>
Softwares	5	-	(5)	-	(5)	-	-	5
Outros	-	2	-	2	2	-	2	-
<b>Subtotal</b>	<b>398</b>	<b>11</b>	<b>(262)</b>	<b>147</b>	<b>(251)</b>	<b>-</b>	<b>147</b>	<b>398</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>2.451</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>2.462</b>	<b>11</b>	<b>(1.973)</b>	<b>489</b>	<b>572</b>

**5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:**

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	3,28%	<b>122.457</b>	<b>(38.403)</b>	<b>84.054</b>	<b>88.083</b>
Custo Histórico	3,28%	122.457	(38.403)	84.054	88.083
Administração	18,10%	<b>41</b>	<b>(39)</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
Custo Histórico	18,10%	41	(39)	2	6
		<b>122.498</b>	<b>(38.442)</b>	<b>84.056</b>	<b>88.089</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão	-	7.004	-	<b>7.004</b>	6.850
Administração	-	40	-	<b>40</b>	40
		<b>7.044</b>	-	<b>7.044</b>	<b>6.890</b>
		<b>129.542</b>	<b>(38.442)</b>	<b>91.100</b>	<b>94.979</b>

**5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:**

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	36	-	36
A Ratear	-	(6)	(6)
Material em Depósito	120	-	120
Depósitos Judiciais	-	3	3
<b>Total das Adições</b>	<b>156</b>	<b>(3)</b>	<b>153</b>

**5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 474 de 2012 são as seguintes:**

<b>Transmissão</b>	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n°. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**5.6 As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:**

<b>Descrição do bem</b>	<b>em R\$ mil</b>
1. SOFTWARE IN FORMA	257
2. MELHORIA RM - TOTVS	5

## 6 Ativos Financeiros

### 6.1 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
<b>9</b>	<b>Ativos Financeiros</b>	26.445	26.445
9.1	<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	26.445	26.445
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	49	49
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	14.116	14.116
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	12.280	12.280

## 7 Patrimônio Líquido

### 7.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 126.941, representado por 42.066.985 ações ordinárias e por 42.066.985 ações preferenciais, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
ALUPAR Investimento S.A.	18.475	43,92	-	-	18.475	21,96
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	18.465	43,90	-	-	18.465	21,95
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	5.126	12,19	26.858	63,85	31.985	38,02
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	-	15.209	36,15	15.209	18,08
	<u>42.067</u>	<u>100,00</u>	<u>42.067</u>	<u>100,00</u>	<u>84.134</u>	<u>100,00</u>

### 7.2 Reservas de lucros

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Reservas de lucros</b>		
Reserva legal	14.023	12.218
Outras	(23.017)	(24.874)
	<u><b>(8.994)</b></u>	<u><b>(12.656)</b></u>

- **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido.
- **Outras:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

## 8 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	50.119	47.317
<b>Total</b>	<b>50.119</b>	<b>47.317</b>

## 9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
<b>Pessoal</b>	<b>1.704</b>	<b>2.637</b>
Remuneração	990	1.485
Encargos	358	523
Previdência privada	10	19
Assistência médica	163	172
Despesas rescisórias	-	5
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	30	264
Outros	153	169
<b>Administradores</b>	<b>257</b>	<b>220</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	199	164
Benefícios dos administradores	58	56
<b>Total</b>	<b>1.961</b>	<b>2.857</b>

## 10 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	50.139	50.139	47.325	47.325
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	4.011	6.016	3.786	5.679
Receitas financeiras	2.700	2.700	2.386	2.386
Base de cálculo	6.711	8.716	6.172	8.065
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>1.654</b>	<b>784</b>	<b>1.519</b>	<b>726</b>

## **11 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade**

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## **12 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b><u>Ativo Circulante</u></b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.1	26.445	-	26.445	20.755	-	20.755
Concessionárias e Permissionárias	4	4.862	(4.862)	-	4.970	(4.970)	-
Serviços em Curso		992	-	992	739	-	739
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	54.633	54.633	-	53.532	53.532
Tributos Compensáveis		228	-	228	497	-	497
Despesas Pagas Antecipadamente		3	-	3	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		440	-	440	448	-	448
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>							
Concessionárias e Permissionárias	4	466	(466)	-	410	(410)	-
Depósitos Judiciais e Cauções		2	-	2	2	-	2
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	86.283	86.283	-	92.482	92.482
Outros Ativos Não Circulantes		111	1.726	1.837	111	1.726	1.837
Imobilizado	5.1	91.100	(91.058)	42	94.978	(94.934)	44
Intangível	5.2	489	(415)	74	573	(459)	114
<b>Total do Ativo</b>		<b>125.138</b>	<b>45.841</b>	<b>170.979</b>	<b>123.483</b>	<b>46.967</b>	<b>170.450</b>

	<u>Notas</u>	31/12/2017			31/12/2016		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
<b>Passivo</b>							
<b><u>Passivo Circulante</u></b>							
Fornecedores		521	-	521	1.614	-	1.614
Obrigações Sociais e Trabalhistas		308	-	308	430	-	430
Tributos		952	-	952	1.110	-	1.110
Encargos Setoriais		2.304	-	2.304	2.050	-	2.050
Outros Passivos Circulantes		2.708	(1.487)	1.221	2.449	(1.820)	629
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>							
Tributos Diferidos		-	4.234	4.234	-	4.435	4.435
Outros Passivos Não Circulantes		398	(398)	-	1.545	(1.545)	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.191</b>	<b>2.349</b>	<b>9.540</b>	<b>9.198</b>	<b>1.070</b>	<b>10.268</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital Social	7.1	126.941	-	126.941	126.941	-	126.941
Reservas de Lucros	7.2	(8.994)	43.492	34.498	(12.656)	45.897	33.241
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>117.947</b>	<b>43.492</b>	<b>161.439</b>	<b>114.285</b>	<b>45.897</b>	<b>160.182</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>125.138</b>	<b>45.841</b>	<b>170.979</b>	<b>123.483</b>	<b>46.967</b>	<b>170.450</b>



**Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.**  
**Demonstrações contábeis regulatórias**  
**31 de dezembro de 2017**

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em Continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	50.176	(50.176)	-	47.325	(47.325)	-
Receita de Operação e Manutenção		-	4.190	4.190	-	6.586	6.586
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	39.459	39.459	-	41.647	41.647
(-) Parcela Variável		(57)	-	(57)	(8)	-	(8)
<b>Tributos</b>							
PIS-PASEP		(326)	-	(326)	(308)	-	(308)
Cofins		(1.504)	-	(1.504)	(1.420)	-	(1.420)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(465)	-	(465)	(440)	-	(440)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.303)	-	(1.303)	(1.230)	-	(1.230)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(200)	-	(200)	(189)	-	(189)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>46.321</b>	<b>(6.527)</b>	<b>39.794</b>	<b>43.730</b>	<b>908</b>	<b>44.638</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>46.321</b>	<b>(6.527)</b>	<b>39.794</b>	<b>43.730</b>	<b>908</b>	<b>44.638</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>							
Pessoal e Administradores	9	(1.961)	-	(1.961)	(2.857)	-	(2.857)
Material		(182)	(162)	(344)	(177)	(1.519)	(1.696)
Serviços de Terceiros		(1.456)	-	(1.456)	(1.628)	-	(1.628)
Arrendamento e Aluguéis		(87)	-	(87)	(87)	-	(87)
Seguros		(25)	-	(25)	(23)	-	(23)
Doações, Contribuições e Subvenções		(38)	-	(38)	(47)	-	(47)
Tributos		(46)	-	(46)	(61)	-	(61)
Depreciação e Amortização		(4.127)	4.083	(44)	(4.085)	4.039	(46)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>38.399</b>	<b>(2.606)</b>	<b>35.793</b>	<b>34.765</b>	<b>3.428</b>	<b>38.193</b>
<b>Resultado Financeiro</b>							
Despesas Financeiras		(146)	-	(146)	(667)	-	(667)
Receitas Financeiras		2.700	-	2.700	2.386	-	2.386
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>40.953</b>	<b>(2.606)</b>	<b>38.347</b>	<b>36.484</b>	<b>3.428</b>	<b>39.912</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(2.438)	201	(2.237)	(2.245)	(28)	(2.273)
<b>Resultado Líquido das Operações em Continuidade</b>		<b>38.515</b>	<b>(2.405)</b>	<b>36.110</b>	<b>34.239</b>	<b>3.400</b>	<b>37.639</b>
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		38.515	(2.405)	36.110	34.239	3.400	37.639
<b>Lucro Por Ação</b>							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564		0,858393	0,813916		0,894740
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564		0,858393	0,813916		0,894740
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564		0,858393	0,813916		0,894740
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,915564		0,858393	0,813916		0,894740

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

## 12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

**12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:**

**12.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura:** A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Conseqüentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

**12.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

**12.1.1.3 Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

**12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

**12.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	161.439	160.182
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(47.726)	(50.332)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	4.234	4.435
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<b>117.947</b>	<b>114.285</b>

**12.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	36.110	37.639
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	2.606	(3.428)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(201)	28
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<b>38.515</b>	<b>34.239</b>